

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UNIRIO

CONCURSO PÚBLICO

PROVIMENTO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

EM EDUCAÇÃO

ASSISTENTE SOCIAL

2014

1) De acordo com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, são direitos do/a assistente social, **EXCETO**:

- a) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais.
- b) participar de programa de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e na defesa de seus interesses e necessidades.
- c) Aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código.
- d) livre exercício das atividades inerentes à Profissão.
- e) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população.

2) O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social estabelece diretrizes para o exercício profissional do/a assistente social. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde às penalidades aplicáveis nas situações em que o/a assistente social cometer infrações a este Código:

- a) multa.
- b) suspensão do exercício profissional.
- c) advertência reservada.
- d) advertência pública.
- e) desagravo público.

3) O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social estabelece onze princípios fundamentais que indicam valores que perpassam todo o Código. A atuação profissional do/a assistente social voltada para a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida refere-se ao seguinte princípio:

- a) liberdade
- b) igualdade
- c) justiça social
- d) democracia
- e) equidade

4) O artigo 15 do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social prevê que a manutenção do sigilo profissional constitui-se para o/a assistente social como um/a

- a) dever.
- b) privilégio.
- c) direito.
- d) penalidade.
- e) princípio.

5) De acordo com o Capítulo II do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, que trata “Das Relações com as instituições empregadoras e outras”, pode-se destacar como um dos deveres do/a assistente social

- a) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária.
- b) integrar comissões interdisciplinares de ética nos locais de trabalho do/a profissional, tanto no que se refere à avaliação da conduta profissional, como em relação às decisões quanto às políticas institucionais.
- c) emprestar seu nome e registro profissional a firmas, organizações ou empresas para simulação do exercício efetivo do Serviço Social.
- d) denunciar ao Conselho Regional as instituições públicas ou privadas onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar os usuários ou profissionais.
- e) ter acesso a informações institucionais que se relacionem aos programas e políticas sociais e sejam necessárias ao pleno exercício das atribuições profissionais.

6) O Código de Ética Profissional do/a Assistente Social é composto por 36 artigos. Estes artigos devem nortear a conduta profissional do/a assistente social e são organizados a partir da “tríade”, composta por

- a) direitos, deveres e penalidades.
- b) princípios, deveres e penalidades.
- c) direitos, deveres e proibições.
- d) princípios, direitos e compromissos.
- e) direitos, princípios e proibições.

7) Quanto às infrações disciplinares contidas no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social é **INCORRETA** a seguinte referência:

- a) exercer a profissão quando impedido/a de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício profissional ao/às não inscritos/as ou impedidos/as.
- b) participar de instituição que, tendo por objeto o Serviço Social, não esteja inscrita no Conselho Regional.
- c) fazer ou apresentar declaração, documento falso ou adulterado, perante o Conselho Regional ou Federal.
- d) não cumprir, no prazo estabelecido, determinação emanada do órgão ou autoridade dos Conselhos, em matéria destes, depois de regularmente notificado/a.
- e) pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado/a.

8) De acordo com o artigo 5º-A da Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662/1993, a duração do trabalho do assistente social, em horas semanais, é igual a

- a) 16.
- b) 24.
- c) 44.
- d) 20.
- e) 30.

9) A Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662/1993 – define que o Conselho Federal de Serviço (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) têm por objetivo básico disciplinar e defender o exercício profissional do/a assistente social em todo o território nacional. Acerca das atribuições do CFESS previstas na referida lei, é **INCORRETO**

- a) estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados.
- b) prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.
- c) julgar, em primeira instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS.
- d) funcionar com Tribunal Superior de Ética Profissional.
- e) assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário.

10) A Lei de Regulamentação da Profissão – Lei nº 8.662/1993 – define as atribuições privativas do/a assistente social. Dentre estas atribuições, destaca-se

- a) encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- b) planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social.
- c) planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais.
- d) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.
- e) planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

11) Conforme previsto na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDB, pode-se apontar como uma das finalidades da Educação Superior:

- a) a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.
- b) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- c) a formação básica do cidadão mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- d) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.
- e) desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

12) A Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional – LDB – define os níveis escolares e as modalidades de educação e ensino. Considerando esse aspecto, de acordo com o artigo 21 desta Lei, a educação escolar é composta pela educação superior e a educação básica, sendo essa última formada por três níveis. Um dos níveis da denominada educação básica é

- a) ensino fundamental.
- b) educação profissional.
- c) educação de jovens e adultos.
- d) educação especial.
- e) ensino tecnológico.

13) De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo,

- a) duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- b) cento e cinquenta dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- c) duzentos e vinte dias de trabalho acadêmico efetivo, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- d) duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando necessário.
- e) cento e cinquenta dias de trabalho acadêmico efetivo, incluído o tempo reservado aos exames finais, quando necessário.

14) Conforme previsto no artigo 19 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, as instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se em duas categorias administrativas denominadas

- a) públicas e privadas.
- b) públicas e comunitárias.
- c) privadas e filantrópicas.
- d) comunitárias e filantrópicas.
- e) particulares e confessionais.

15) Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem as seguintes instituições e órgãos, **EXCETO**

- a) instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal.
- b) instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal.
- c) órgãos de educação municipal e do Distrito Federal, respectivamente.
- d) instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada.
- e) órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

16) No Brasil, ao analisar os rebatimentos das propostas neoliberais, podem-se identificar os seguintes resultados:

- a) diminuição do desemprego estrutural e privatização dos serviços públicos.
- b) desregulamentação dos direitos trabalhistas e flexibilidade no processo de trabalho.
- c) atuação ampla do Estado na área social e acirramento da desigualdade social.
- d) valorização dos órgãos públicos do Estado e corte nos gastos sociais.
- e) extinção da desigualdade social e flexibilização das relações de trabalho.

17) No cenário atual, as “metamorfoses” ocorridas no “mundo do trabalho” são visíveis com reflexos nas relações de trabalho e de produção. Observa-se a desqualificação dos trabalhadores que, a depender de sua inserção (ou não) na economia, recebem denominações variáveis. Aos desempregados são atribuídas outras nomenclaturas como “proletariado pós-industrial”. Antunes prefere chamar de

- a) subproletariado moderno.
- b) proletariado temporário.
- c) trabalhador polivalente.
- d) trabalhador temporário.
- e) trabalhador parcial.

18) Segundo o pensamento de José Paulo Netto, a literatura do Serviço Social atribui legitimidade e legalidade a sua vinculação com a chamada “questão social”. Entende-se que a “questão social”, fundamentalmente, está vinculada ao conflito entre

- a) exploração e cidadania.
- b) capital e trabalho.
- c) solidariedade e democracia.
- d) trabalho e renda.
- e) cidadania e equidade.

19) De acordo com José Paulo Netto, a profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”. Vincula-se à dinâmica da ordem

- a) concorrencial.
- b) monopólica.
- c) cultural.
- d) social.
- e) econômica.

20) O Estatuto da Criança e do Adolescente rompe com a doutrina do “menor” em situação irregular, ao determinar que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento. Esse Estatuto estabelece que a colocação em família substituta far-se-á, independentemente da situação jurídica da criança ou do adolescente, mediante

- a) curatela, guarda ou adoção.
- b) adoção, tutela ou pátrio poder.
- c) adoção, cuidado ou tutela.
- d) tutela, curatela ou adoção.
- e) guarda, tutela ou adoção.

21) Uma mãe é atendida pelo/a assistente social e relata que reside somente com seu filho, de 08 anos, que ficou desempregada recentemente e, em função da condição econômica da família, teme que seu filho seja encaminhado para adoção. Diante deste fato, o/a assistente social orienta, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, que tal ação não estaria em consonância com a legislação. Tendo por base o artigo 23 do referido Estatuto, a atitude do(a) assistente social é informar que

- a) a autoridade competente não pode adotar como primeira medida o acolhimento institucional.
- b) o Conselho Tutelar poderá providenciar o acolhimento institucional.
- c) a família e a criança precisam ser ouvidos.
- d) a família é a base da formação sociocultural de crianças e adolescentes.
- e) a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.

22) O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA representa um avanço no que se refere ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho de adolescentes, considerando aprendizagem e formação técnico-profissional as que seguem as diretrizes e as bases da educação em vigor. Assim, é proibido, salvo na condição de aprendiz, qualquer trabalho a menores de

- a) 15 anos.
- b) 14 anos.
- c) 17 anos.
- d) 16 anos.
- e) 18 anos.

23) De acordo o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de

- a) notas baixas, evasão escolar, maus-tratos envolvendo seus alunos.
- b) evasão escolar, indisciplina, elevados níveis de repetência.
- c) maus-tratos envolvendo seus alunos, evasão escolar, notas baixas.
- d) maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas, elevados níveis de repetência.
- e) abuso sexual, maus-tratos envolvendo seus alunos, notas baixas.

24) O familiar procura o/a assistente social, solicitando informações sobre o acompanhamento de seu pai, com 60 anos, que se encontra internado na enfermaria da unidade de saúde. Tendo como referência o Estatuto do Idoso, cabe ao referido profissional orientar que

- a) o dever de tratar o idoso internado ou em observação é somente da família.
- b) ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante somente a partir dos 70 anos.
- c) a presença de um acompanhante põe em risco a saúde do idoso internado na enfermaria.
- d) ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito à acompanhante.
- e) o idoso internado deve permanecer sozinho na enfermaria.

25) De acordo com o artigo 34 do Estatuto do Idoso, aos idosos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, a partir da idade de

- a) 55 anos.
- b) 70 anos.
- c) 60 anos.
- d) 65 anos.
- e) 75 anos.

26) De acordo com o Artigo 20 do Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003, o idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de

- a) vida.
- b) escolaridade.
- c) idade.
- d) saúde.
- e) acessibilidade.

27) No Brasil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA abrange os seguintes cursos e programas de educação profissional:

- a) formação continuada de estudantes / educação permanente de nível superior.
- b) formação técnica continuada a estudantes / educação profissional inicial de nível médio.
- c) formação inicial e continuada de trabalhadores / educação profissional de trabalhadores.
- d) formação inicial e continuada de trabalhadores / educação profissional técnica de nível médio.
- e) formação inicial e continuada de trabalhadores / educação profissional técnica de nível superior.

28) Os cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, destinados à formação inicial e continuada de trabalhadores, deverão contar com carga horária mínima, assegurando-se cumulativamente a destinação de

- a) no mínimo, novecentas horas para formação geral e, no mínimo, cem horas para a formação profissional.
- b) no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral e, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.
- c) no mínimo, duas mil e duzentas horas para formação geral e, no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.
- d) no mínimo, mil horas para formação geral e, no mínimo, quatrocentas horas para a formação profissional.
- e) no mínimo, mil e cem horas para formação geral e, no mínimo, trezentas horas para a formação profissional.

29) Em consonância com o Decreto Nº 5.840/2006, o aluno que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de educação profissional técnica de nível médio, no âmbito do PROEJA, fará jus à obtenção do correspondente diploma, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do ensino médio, possibilitando o prosseguimento de estudos no seguinte nível:

- a) médio
- b) fundamental
- c) especial
- d) básico
- e) superior

30) Conforme o dizer de lamamoto: “o processo de reprodução das relações sociais não se reduz à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele se refere à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e as relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais”. Envolve, também, as relações de

- a) poder e fetiche do capitalismo.
- b) antagonismos de classes e expropriação do trabalho.
- c) poder e antagonismos de classes.
- d) antagonismos de classes e questão social.
- e) poder e democratização de classes.

31) Afirma-se que a maioria acadêmica dos/as assistentes sociais sob o contexto de lutas políticas em prol da defesa da democracia e dos direitos sociais, com crescimento da produção editorial e acadêmica, ocorreu na década de

- a) 1960.
- b) 1970.
- c) 1990.
- d) 1950.
- e) 1980.

32) Na visão de lamamoto, o trabalho do/a assistente social em tempo de capital fetiche circunscreve-se na tensa conjunção entre projeto profissional e trabalho assalariado, enquanto trabalho concreto e abstrato, inscrito na divisão do trabalho. Assim, nas particulares condições de trabalho do/a assistente social, repõe-se o clássico dilema entre

- a) finalidade e teleologia.
- b) pluralidade e causalidade.
- c) reciprocidade e finalidade.
- d) causalidade e teleologia.
- e) cotidianidade e pluralidade.

33) De acordo com o documento elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS, intitulado “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação”, embora muitos tendam a pensar a relação do serviço social com a educação como nova, esta vinculação vem sendo forjada desde os primórdios da profissão como requisição de um padrão de escolarização necessário às condições de

- a) reprodução do socialismo.
- b) reprodução do capital.
- c) desenvolvimento do proletariado.
- d) desenvolvimento da democracia.
- e) reprodução da cidadania.

34) O documento elaborado pelo conjunto CFESS/CRESS, intitulado “Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação” afirma que “ao considerar a liberdade como valor ético central, a diversidade humana como elemento ontológico do ser social e a emancipação como finalidade teleológica do projeto profissional...”, torna-se imprescindível que, seguindo as atribuições e competências profissionais, sejam vedados comportamentos que expressem a conduta que reproduz

- a) censura e policiamento.
- b) liberdade e democracia.
- c) censura e liberdade.
- d) democracia e censura.
- e) liberdade e policiamento.

35) Almeida, ao discutir sobre a questão do reconhecimento da sistematização como uma dimensão constitutiva do trabalho do/a assistente social, elenca um conjunto de investimentos de diversas ordens. Segundo o pensamento do autor, o elemento que **NÃO** compõe esse conjunto de investimentos é

- a) pedagógico-interpretativa.
- b) sócio-ocupacional.
- c) teórico-metodológico.
- d) ético-político.
- e) técnico-instrumental.

36) Complete as lacunas **ADEQUADAMENTE**, considerando as opções abaixo.

A educação como direito de todos foi incorporada ao plano jurídico com a _____ e reforçada na Lei de _____ . Contudo, ainda, não se transformou em um direito social na prática.

- a) Constituição Cidadã / Responsabilidade Fiscal.
- b) Constituição Federal de 1988 / Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- c) Declaração Universal dos Direitos Humanos/ Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- d) Lei da Educação/ Educação Infantil.
- e) Constituição Federal de 1988/Diretrizes e Bases da Educação Especial.

37) No Brasil, desde a década de 1990, a política de educação, em especial, a educação superior tem recebido influência neoliberal atrelada às recomendações dos organismos internacionais, estando subsumida à lógica do mercado. No início do século XXI continua-se a observar, nesse campo, as mesmas recomendações. Contudo, essa lógica é mascarada pelo discurso de

- a) democratização do acesso à educação.
- b) sucateamento das políticas públicas.
- c) retração das ações do Estado.
- d) diminuição do desemprego estrutural.
- e) aumento da pirâmide educacional.

38) Para Almeida e Alencar, “o esvaziamento tanto do significado político da sociedade civil quanto da concepção de Estado como espaço político em que se expressam os conflitos de interesses aponta para uma relação entre Estado e sociedade civil cada vez mais...”. Esta relação é denominada

- a) mercantilizada e ampla.
- b) mercantilizada e restrita.
- c) democratizada e restrita.
- d) democratizada e ampla.
- e) mercantilizada e democratizada.

39) Ao abordar a questão da educação superior no Governo Fernando Henrique Cardoso, Lima aponta que, “em tempos de neoliberalismo, o processo de expansão da educação superior ganhou uma nova racionalidade”, que foi estabelecida através de dois mecanismos básicos. Os dois mecanismos sinalizados pela referida autora são

- a) a retração do setor privado e a ampliação interna das instituições de ensino superior públicas.
- b) a privatização do setor público e a ampliação das instituições de ensino superior privadas.
- c) a ampliação do setor privado e a privatização interna das instituições de ensino superior públicas.
- d) a ampliação do setor público e a ampliação interna das instituições de ensino superior privadas.
- e) a privatização das instituições de ensino públicas e a ampliação do setor público.

40) De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação é um direito de todos. Ao pensar no trabalho do Serviço Social na educação, em especial na educação superior, pode-se observar como demanda a avaliação socioeconômica, seja para a concessão de bolsas ou outros auxílios financeiros. Desta forma, em consonância com os princípios da referida Lei, expressos em seu artigo 3º, essa avaliação realizada pelos assistentes sociais tem como eixos a garantia do/a

- a) acesso e permanência.
- b) extensão e qualidade do ensino.
- c) permanência e extensão.
- d) qualidade do ensino e permanência.
- e) acesso e extensão.

Publicidade danosa à criança

*Dalmo de Abreu Dallari**

O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana. Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais e regulamentares que fixam diretrizes para a publicidade dirigida à criança. Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio, e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, de maneira geral, afetando negativamente direitos fundamentais da pessoa humana, foi ressaltada com grande ênfase e com sólido embasamento jurídico pela Corte Constitucional da Colômbia, em decisão proferida no final de 2013. A questão que suscitou o pronunciamento da Corte Constitucional colombiana era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, a Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados em documentos jurídicos internacionais e, expressamente e com grande ênfase, na Constituição brasileira de 1988. Como ponto de partida para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares à publicidade dirigida à criança, vem muito a propósito lembrar o que dispõe o artigo 227 da Constituição: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivo garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, criado pela Lei nº 8.242, de 1991. Entre suas atribuições está a competência para “elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes visando dar efetivo cumprimento às obrigações internacionais assumidas pelo Brasil em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990. A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei número 8.069, também de 1990, cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Foi justamente no sentido de dar efetividade a essas disposições jurídicas, que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, de 4 de Abril de 2014, fixando diretrizes sobre a publicidade comercial que é dirigida maliciosamente à criança, explorando suas fragilidades e, assim, ofendendo seus direitos fundamentais, induzindo-a a sentir a necessidade de consumir determinados bens e serviços, tendo o objetivo prioritário de proporcionar lucro aos anunciantes. A Resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade e de comunicação mercadológica à criança, “com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço”. São abusivos os anúncios que contêm linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios ou brindes colecionáveis, com apelo ao público infantil entre outros aspectos.

Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção dos direitos e da dignidade da criança e do adolescente. Não tem cabimento a alegação de

inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante para o afastamento de abusos que são frequentemente cometidos na publicidade comercial dirigida ao público infantil. A proteção e a busca de efetivação dos direitos da criança e do adolescente devem ter, por determinação constitucional, absoluta prioridade sobre objetivos comerciais, não se podendo admitir que a liberdade de comércio se confunda com a liberdade como direito fundamental da pessoa humana. A aplicação da Resolução do Conanda será extremamente valiosa, contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades.

* *Dalmo de Abreu Dallari* é jurista. - *Jornal do Brasil digital* [HTTP://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014](http://www.jb.com.br/dalmo-dallari/noticias/2014)

41) O resumo mais adequado para o texto “Publicidade danosa às crianças” está indicado em

- a) Apresentando um breve histórico da educação de crianças no Brasil, o texto sobre Publicidade e Propaganda aborda sobre a linguagem. Há uma conceituação de propaganda enganosa e abusiva e, finalmente, trata da especificidade da mídia para crianças, relatando a influência e os efeitos da propaganda nesse público. Sendo a criança o ponto central, torna-se imprescindível a conceituação desse *target* e defendendo-a como ser humano em desenvolvimento. Elenca, por fim, os instrumentos jurídicos brasileiros, comparando-os aos da Corte colombiana, que, em tempos outros, decidiu sobre a propaganda de tabaco com repercussões públicas desfavoráveis à época.
- b) Sendo o impacto da propaganda destinada ao público infantil importante para as empresas e a sociedade, o artigo apresenta o entendimento das crianças na tarefa de interpretar/decodificar uma propaganda. O estudo, de caráter exploratório, envolveu pesquisa bibliográfica e entrevistas com crianças, além dos instrumentos jurídicos brasileiros, a exemplo da Constituição Federal de 1988, o Conanda e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados sugerem que as crianças reconhecem as marcas, conseguem entender os comerciais e manifestam influência das propagandas no consumo. Por isso, é essencial estudar o comportamento do consumidor, associando à liberdade de expressão, direito fundamental do ser humano.
- c) Baseando-se no direito fundamental do homem, trata o texto de posicionamento crítico acerca do controle da publicidade dirigida à criança, combatendo a ideia de direito à liberdade da publicidade para alcançar a promoção de vendas, visto a influência negativa que essa exerce nos pequenos. Traz à lume a decisão da Corte Constitucional da Colômbia quanto à publicidade do tabaco, ao enfatizar quão oportuna é a discussão sobre o tema no Brasil, mostrando que existem outros instrumentos jurídicos a exemplo do Conanda e do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a Constituição de 1988. Por fim, ratifica a necessidade de proteção dos direitos e da dignidade da criança em detrimento ao lucro incomensurável dos comerciantes.
- d) Buscando o discurso publicitário como um tipo de produção simbólica que objetiva fazer a aproximação entre o produto anunciado e o público-alvo, o artigo tem como objetivo analisar a publicidade à luz dos instrumentos jurídicos brasileiros, considerando a propaganda como um indicador privilegiado do contexto sociocultural onde é veiculada. A hipótese desenvolvida é que a publicidade recupera os elementos que fazem parte do repertório da cultura da sociedade a qual se dirige e, assim, pode ser considerada um reflexo das relações de sociabilidade e da cultura dessa sociedade. Nesse caso específico, a criança é um ser extremamente vulnerável, cabendo ao Estado protegê-la a exemplo do que acontece com outros países como a Colômbia.
- e) Defendendo a ideia de que a publicidade dirigida ao público infantil é danosa porque pressiona as crianças a desejarem cada vez mais bens de consumo, associando-os a um discurso enganoso de alegria, felicidade e status social, o artigo apresenta de forma analógica as repercussões ocorridas no Brasil e na Colômbia acerca dos instrumentos jurídicos que regem o bem estar das pessoas, especialmente, as crianças. Baseado no Conanda conclui que, além de trazer sofrimento às crianças que não podem adquirir esses bens devido à falta de recursos financeiros, essa pressão causa estresse familiar e não pode ser devidamente elaborada pelos pequenos, cujo senso crítico ainda está em desenvolvimento.

42) A dicotomia que representa o tema central do texto é

- a) direitos fundamentais X convivência familiar.
- b) liberdade de publicidade X promoção de vendas.
- c) direcionamento da publicidade X comunicação à criança.
- d) liberdade de comércio X liberdade de expressão.
- e) linguagem infantil X linguagem dos adolescentes.

43) De acordo com a norma padrão culta da língua, é **INADEQUADA** a ausência do acento indicativo de crase na seguinte relação de regência:

- a) “tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial (...)”(1º.º)
- b) “(...) para as considerações jurídicas sobre a constitucionalidade das limitações legais e regulamentares (...)” (2º.º)
- c) “(...) “pois retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio,(...)” (1º.º)
- d) “(...) e as limitações da publicidade que vise a captação de vontades, (...)” (1º.º)
- e) “(...) ,contribuindo para que na vida social brasileira a criança e o adolescente sejam tratados como prioridades. (5º.º)

44) No trecho, “Essa diferenciação entre o direito à liberdade da publicidade com o objetivo de promoção de vendas e, portanto, como capítulo da liberdade de comércio,(...)”, a palavra em destaque estabelece, com o período anterior, valor semântico de

- a) conclusão.
- b) causa.
- c) explicação.
- d) consequência.
- e) oposição.

45) O trecho em que há falta de paralelismo entre os termos, de acordo com a norma culta padrão, é

- a) “(...) era a publicidade do tabaco e, tomando por base justamente a diferença entre o direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão,(...)” (1º.º)
- b) “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida..., (...)” (2º.º)
- c) “(...) em relação aos direitos da criança e do adolescente, de modo especial na Convenção sobre os Direitos da Criança, incorporada ao sistema normativo brasileiro em 1990.” (3º.º)
- d) “Voltando à observação inicial, essa Resolução do Conanda tem perfeito enquadramento nas disposições constitucionais e contribui (...)” (5º.º)
- e) “para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, enquanto seres humanos, assim como aos direitos e garantias que lhes são especificamente assegurados (...)” (2º.º)

46) Em relação à palavra em destaque, o fragmento que apresenta valor sintático- semântico diferente é

- a) “(...) e não à liberdade de expressão, que é um direito fundamental da pessoa humana.”(1º.º)
- b) “(...) retira a base jurídica dos que, interessados prioritariamente no comércio, tentam sustentar a alegação de inconstitucionalidade das normas legais (...)” (1º.º)
- c) “(...) direito à publicidade comercial e o direito de livre expressão, que é atributo da pessoa humana universalmente consagrado, (...)” (1º.º)
- d) “(...) Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências,(...)” (5º.º)
- e) “(...) cumprimento das competências, que são direitos e obrigações jurídicas do Conanda e que, efetivamente, é um passo importante (...)” (5º.º)

47) A derivação verbo/ nome de mesma relação semântica está contemplada no seguinte par:

- a) direcionar / direito
- b) cumprimentar / cumprimento
- c) disponibilizar / dispositivos
- d) alegar / alegação
- e) dignificar / dignidade

48) A **CORRETA** identificação da função sintática do pronome sublinhado está indicada em

- a) "(...) e garantias que lhes são especificamente asseguradas em documentos jurídicos internacionais, (...)" (2º§) – adjunto adnominal
- b) "(...) vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão" – sujeito
- c) "(...) cujo artigo 72 dispõe que as obrigações nele previstas não excluem" (3º§) – complemento nominal
- d) "(...) com a intenção de persuadi-la para consumo de qualquer produto ou serviço (...)" (4º§) – objeto direto
- e) "(...) não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados." (3º§) – objeto indireto

49) No 3º parágrafo, a palavra ou expressão que faz a coesão entre as duas exposições, a saber: dos instrumentos jurídicos e dos dispositivos do Estatuto da Criança é

- a) cujo artigo.
- b) entre suas atribuições.
- c) nele.
- d) outras decorrentes.
- e) A isso tudo.

50) O ponto de vista defendido pelo enunciador acerca da influência da propaganda na vida das crianças é

- a) "São abusivos os anúncios que contém linguagem infantil, trilhas sonoras de músicas infantis, desenho animado, promoção de distribuição de prêmios (...)" (4º§).
- b) "Não tem cabimento a alegação de inconstitucionalidade da Resolução 163/2014, que é expressão do cumprimento das competências (...)" (5º§).
- c) "A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas à publicidade comercial, para a proteção dos direitos fundamentais da pessoa humana." (1º§)
- d) "O controle da publicidade dirigida à criança vincula-se à questão da liberdade de comércio e não à liberdade de expressão, (...)" (1º§)
- e) "Um dos instrumentos jurídicos tendo por objetivos garantir a efetividade desses dispositivos constitucionais é o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) (3º§).

51) A expressão *Essas considerações*, no início do 2º parágrafo, refere-se

- a) ao pronunciamento da Corte Constitucional Colombiana, especificamente, retomando o argumento de autoridade do 1º parágrafo.
- b) à rejeição de alegação de inconstitucionalidade e das limitações jurídicas, ratificando a negação predominante no texto.
- c) à decisão sugerida no final de 2013, exclusivamente, contrapondo essa ideia à exposta no 2º parágrafo como argumento mais forte.
- d) à valorização a ser dada ao longo do texto acerca da posição brasileira sobre a propaganda e a influência à formação infantil, corroborando a tese defendida.
- e) ao exposto no 1º parágrafo, abrindo um novo estágio no processo de argumentação.

52) No trecho: “ (...) e contribui para que o Brasil dê efetividade às obrigações jurídicas assumidas internacionalmente com relação à proteção (...) (5§), a oração em destaque indica, semanticamente, em relação à anterior, ideia de

- a) causa.
- b) concessão.
- c) proporção.
- d) consequência.
- e) finalidade.

53) Uma estratégia de argumentação utilizada pelo enunciador do texto é

- a) discorrer sobre a influência da Conanda nas atitudes dos adolescentes.
- b) expor diferentes comparações relativas às situações semelhantes em diferentes países.
- c) apresentar o que ocorreu na Corte Constitucional da Colômbia com a publicidade do tabaco.
- d) exemplificar a reação das crianças perante determinadas propagandas vinculadas na TV no ano de 2013.
- e) relatar fatos que influenciaram a decisão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

54) Para a finalização de seu texto, o enunciador utiliza a seguinte estratégia:

- a) Ratifica o exposto no artigo 227 da Constituição, exemplificando com caso concreto.
- b) Retoma o exposto no 3º§, apresentando as propriedades da Conanda e da Constituição.
- c) Fixa as diretrizes de novas ações para evitar novos abusos.
- d) Descreve a necessidade de cumprimento das obrigações internacionais.
- e) Determina diretrizes efetivas para novos procedimentos em âmbito nacional.

55) A linguagem predominante no texto é a referencial porque o produtor do texto

- a) utiliza processos expressivos para introduzir sentidos diferentes de palavras e expressões.
- b) apresenta modificações na estrutura das orações subordinadas.
- c) discorre acerca de fatos reais para defesa de seu ponto de vista.
- d) confronta elementos diversos com a presença de conjunções coordenadas.
- e) amplia o sentido das expressões populares com emprego de relações do tipo parte pelo todo.

56) O texto argumentativo é estruturado em três grandes partes, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão. Para sustentar seus argumentos, no desenvolvimento, o enunciador utiliza a seguinte estratégia de argumentação:

- a) argumento de autoridade, ao citar instrumentos jurídicos brasileiros.
- b) relação causa / consequência, ao citar instrumentos jurídicos de outros países.
- c) dados numéricos, ao propor levantamento de diferentes resoluções vinculadas à Secretaria de Direitos Humanos.
- d) analogia, ao comparar diferentes propagandas comerciais destinadas às crianças.
- e) ilustração, ao contar fatos de exploração infantil ocorridos em diferentes famílias.

57) O enunciador vai construindo o seu ponto de vista ao longo do texto. Os vocábulos utilizados que corroboram, semanticamente, o ponto de vista defendido é

- a) maliciosamente / abusos.
- b) obrigação / diretrizes.
- c) direcionamento / prioritário.
- d) colecionáveis / distribuição.
- e) linguagem infantil / disposição jurídica.

58) Há marca de oralidade no seguinte trecho:

- a) "(...), para que se dê efetividade aos direitos fundamentais das crianças, (...) assim como os direitos (...)" (2º. §)
- b) "(...) incluindo-se aí, evidentemente, a competência para o estabelecimento de diretrizes (...)" (3º. §)
- c) "A isso tudo se acrescentam inúmeros dispositivos do Estatuto da criança e do Adolescente, lei número 8.069, (...)" (3º. §)
- d) "(...) que configuram obrigações do Estado brasileiro, que o Conanda editou a Resolução 163/2014, (...)" (4º. §)
- e) "Essas considerações são necessárias e oportunas no Brasil, (...)" (2º. §)

59) A **CORRETA** classificação da predicação dos verbos em destaque está contemplada em

- a) "Essa distinção é essencial, pois retira a base jurídica" (transitivo indireto).
- b) "A Corte rejeitou a alegação de inconstitucionalidade das limitações jurídicas (...)" (transitivo direto e indireto).
- c) "A questão que suscitou o pronunciamento da Corte (...)" (transitivo direto).
- d) "A resolução considera abusivo o direcionamento da publicidade (...)" (verbo de ligação).
- e) "(...) para que se dê efetividade aos direitos fundamentais da criança (...)" (verbo transitivo direto).

60) A função das aspas no 2º. e no 3º. parágrafos é

- a) representar uma legenda jurídica.
- b) assinalar uma crítica irônica.
- c) realçar o sentido de uma expressão.
- d) destacar uma transcrição textual.
- e) separar uma expressão explicativa.

61) Suponha que um usuário está utilizando um computador com Sistema Operacional Windows e, para liberar espaço no disco rígido (Hard Disk - HD) do computador, resolveu apagar alguns arquivos do HD da seguinte forma: selecionar o arquivo, clicar com o botão direito do mouse e, posteriormente, escolher a opção Excluir. Após terminar de apagar todos os arquivos desejados, ele percebeu que apagou por engano um arquivo muito importante. A fim de recuperá-lo, o usuário deve

- a) acessar a *Cache*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- b) acessar o diretório onde estava o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- c) acessar a *Lixeira*, selecionar o arquivo que deseja recuperar, clicar com o botão direito do mouse e escolher a opção Restaurar.
- d) o arquivo não pode ser recuperado sem a utilização de ferramentas específicas para a recuperação de arquivos.
- e) desligar o computador para que este atualize o controle dos arquivos a serem recuperados.

62) Uma loja decide dar um prêmio aos funcionários que alcançarem vendas 50% acima da meta estipulada. Suponha uma tabela em que cada linha terá os dados de um vendedor, na coluna C terá a meta de cada vendedor (valor na moeda brasileira Real) e na coluna D, o somatório da venda de cada vendedor no período pré-estipulado (valor em Reais). Deseja-se que as palavras "Recebe Prêmio" e "Não Recebe Prêmio" sejam colocadas automaticamente na coluna E em função dos valores presentes nas colunas C e D. Como exemplo, o conteúdo da célula E2 seria

- a) =SE(D2>(C2*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- b) =CASO(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- c) =CASO(D2>(C2*1,5);ENTÃO ="Recebe Prêmio"; SENÃO="Não Recebe Prêmio").
- d) =SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio").
- e) =CONDIÇÃO(SE(D2>(C2*1,5);"Recebe Prêmio";"Não Recebe Prêmio")).

63) Após fazer várias buscas na internet, um profissional não salvou, como anotação em papel nem utilizando a pasta adequada do navegador de internet, os endereços dos sites interessantes que visitou. Para não precisar realizar as buscas novamente, o profissional poderá ter acesso aos sites visitados na lista presente

- a) na *cache* do computador.
- b) nos *cookies* armazenados localmente.
- c) no diretório de *downloads* local.
- d) nos favoritos do navegador utilizado.
- e) no histórico de navegação do navegador utilizado.

64) Para proteger a rede (ou um sistema) de uma empresa, impedindo que *hackers* ou softwares mal-intencionados (como worms) obtenham acesso aos computadores através da rede ou da Internet, a empresa deve instalar um

- a) Bloqueador de *Pop-ups*.
- b) Bloqueador de *Spam*.
- c) *Firewall*.
- d) DNS.
- e) *Phishing*.

65) Suponha que você está viajando a trabalho e deve encaminhar relatórios diários sobre as reuniões, em um arquivo digital, para seu chefe. Nesse caso, considere as seguintes possibilidades pelas quais você pode encaminhar diariamente os seus relatórios:

- I) Salvando o arquivo na área de trabalho do seu computador.
- II) Enviando mensagens eletrônicas (*e-mail*) para o chefe, anexando relatórios.
- III) Utilizando um serviço de armazenamento de dados em nuvem, salvando os relatórios em uma área de dados, compartilhada entre você e o seu chefe, e enviando, em seguida, mensagens eletrônicas (*e-mail*) para seu chefe, informando o armazenamento dos relatórios.

A(s) assertiva(s), **VERDADEIRA(S)** é(são), somente

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) I.
- e) II.

66) O servidor público, segundo a Lei nº 8.112/90 e atualizações, responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições funcionais, **EXCETO**:

- a) a indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada em única parcela em trinta dias, não se admitindo parcelamento aos servidores aposentados ou que se encontre preso.
- b) nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública.
- c) a responsabilidade civil decorre de ato comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário público ou a terceiros.
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si, mas a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

67) No ano de 2012, a UNIRIO realizou concurso público para o cargo de Professor Adjunto I, sendo aprovado no certame Marcus Silva, que nomeado em portaria pelo Reitor, tomou posse e, no prazo legal, entrou em exercício. Na avaliação para o desempenho do cargo decorrente do estágio probatório, verificou-se sua justa adequação a quase todos os fatores descrito na lei 8.112/90, exceto o dever de produtividade científica. Considerando essa situação hipotética, analise a questão do estágio probatório e os deveres funcionais do servidor Marcus Silva, conforme a lei regente:

- a) A ética no serviço público, assiduidade, responsabilidade, comportamento e a higiene pessoal são causas que podem levar o servidor à reprovação no estágio probatório, enquanto o dever da produtividade é relativizado por ser um fator subjetivo, não passível de exoneração.
- b) Caso adquirisse estabilidade no cargo de professor, só mediante sentença judicial poderia perdê-lo, em virtude de, após estágio probatório em que se afere a capacidade para o desempenho do cargo, pois o servidor Marcus Silva violou apenas um fator, o da produtividade, cumprindo os demais de forma integral. Nesse caso, o servidor Marcus Silva, apenas, foi reprovado parcialmente no estágio probatório e assim não será exonerado.
- c) Durante o estágio probatório se afere apenas a aptidão para o desempenho do cargo, Marcus Silva não poderá ser exonerado, apenas, em razão da infringência de apenas um dever funcional, o da produtividade, que deveria se somar a todos os outros fatores, para somente levar à reprovação no estágio probatório. Assim o servidor Marcus Silva não será exonerado.
- d) No estágio probatório se afere a aptidão e a capacidade para o desempenho do cargo de professor, no qual entre outros fatores, exige-se o de produtividade científica que não foi comprovada. Assim o servidor Marcus Silva não foi aprovado no estágio probatório e será exonerado, independentemente do cumprimento dos outros fatores indicados em lei.
- e) Mesmo que Marcus Silva fosse servidor estável da UNIRIO, somente seria afastado do serviço público devido à reprovação no estágio probatório sob o fundamento da baixa produtividade aliado à baixa assiduidade, já que no estágio probatório se afere, apenas, a capacidade para o desempenho do cargo.

68) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, conforme a Lei 8.112/90, denomina-se

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) recondução.
- d) reintegração.
- e) disponibilidade.

69) Na reintegração de servidor e encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo. Quando o cargo público foi extinto, por decorrência no campo do avanço tecnológico, o servidor não será demitido, mas colocado em

- a) aproveitamento.
- b) readaptação.
- c) disponibilidade.
- d) recondução.
- e) na reserva.

70) No caso de deslocamento de cargo de provimento efetivo, por interesse da administração, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), denomina-se

- a) ajustamento de lotação e da força de trabalho.
- b) reserva renumerada.
- c) redistribuição.
- d) reorganização de órgão ou entidade.
- e) disponibilidade ou aproveitamento.